

1. Introdução

Este manual faz parte de uma colecção, no conjunto uma maleta de recursos, concebida e produzida pelo Conselho da Europa para apoiar as escolas e outras instituições educativas a promoverem e desenvolverem a Educação para a Cidadania Democrática (ECD — *vide* Apêndice II). A ECD é matéria de grande importância para o Conselho, se os 46 Estados-Membros se dispuserem a percorrer em conjunto o caminho da democracia: é imprescindível para que as futuras gerações de jovens estejam equipadas e preparadas para desempenhar o seu papel democrático nas comunidades, nas sociedades em que se integram e na Europa, em geral. A ECD é portanto uma matéria mencionada muitas vezes ao longo deste volume, como o é em todas as publicações que fazem parte da maleta de recursos ECD.

Para que serve este manual?

É uma ferramenta para a *governança democrática das escolas*, mas é aplicável a todas as espécies de instituições educativas e, sem dúvida, a quaisquer outros lugares onde se eduquem jovens. Usa-se a palavra escola para simplificar e não para tentar excluir outras formas ou organizações. Do mesmo modo, os que aprendem nesses lugares são chamados alunos, embora este termo abranja não só os adultos jovens, mas também as crianças mais novas (que nunca são demasiado novos para viver e aprender democracia e cidadania democrática).

Esta ferramenta foi concebida para ajudar os leitores a aferir o grau de contribuição da sua escola para a Educação para a Cidadania Democrática dos seus alunos e bem assim para a sua preparação para uma cidadania adulta em democracia, observando o funcionamento da escola no dia-a-dia e o modo como as pessoas se comportam. Por isso, não se trata de ensinar cidadania nas escolas: nem teoria ou princípios

de democracia, nem educação democrática, nem mesmo ECD. Este manual foi concebido como um instrumento prático para colmatar o fosso entre a teoria (como a pergunta: *Como preparar os jovens para que se tornem cidadãos adultos democráticos e participativos?*) e a prática (como a resposta: *assegurando que vivenciem democracia na acção e em todos os aspectos da vida escolar, a todos os níveis*). Por isso, começa com algumas definições; descreve o modo como o percurso para a democracia tende a formar-se; ajuda os leitores a situar a sua escola nesse percurso; e fornece ideias e conselhos práticos, quer para iniciar o percurso, quer para o prosseguir com avaliação adequada do progresso já conseguido.

A quem se dirige?

Nenhuma democracia é perfeita; nenhuma escola é perfeita; e nenhuma escola é completamente democrática! Uma boa parte deste manual é dedicada a dirigentes escolares, o termo hoje genericamente usado para designar os profissionais do nível superior da gestão que detêm o poder e a responsabilidade de determinar, em elevado grau, o modo como a escola funciona. Não pretendemos desculpar-nos por este facto! Nós, os autores, somos ambos gestores e ambos reconhecemos que estamos longe ser as únicas pessoas na escola com o poder e a autoridade acima descritos. Mas é provável que a primeira pessoa a ler isto (antes de passar a outros, assim se espera!) seja o gestor, e, sem o seu apoio activo e trabalho como gestor, a democracia não tem possibilidades de ganhar raízes e crescer: por isso usamos a palavra *gestor e dirigente* indiferenciadamente, esperando que nos desculpem a falta deliberada de rigor terminológico.

Contudo, numa democracia há outros parceiros. Este manual pode ser usado com igual propriedade por outras pessoas que tenham interesse no sucesso da escola. Os alunos — crianças e jovens (na perspectiva deste manual) com idades compreendidas entre os quatro (ou menos) e os vinte (ou mais), em escolas formais, em universidades, em formação técnica e profissional, em colégios ou no local de trabalho — são os principais interessados tanto na educação que lhes é fornecida como no modo como é fornecida. Nunca é demais reforçar

que a participação democrática não é algo que apenas se adequa a determinadas idades (eventualmente as do ensino secundário); pelo contrário, ela é melhor apreendida nos primeiros anos de escolaridade, em que as crianças mais novas facilmente assimilam e vivenciam os valores e as práticas de democracia.

Enquanto que os pais e a comunidade se interessam pelos recursos e pelos resultados, os professores, os formadores e outros trabalhadores, em escolas ou em qualquer outro lugar, têm o direito e o dever de se pronunciar sobre a educação que aí é praticada. É por esta razão que os dirigentes escolares têm de estabelecer e alimentar um conjunto alargado de parcerias. Este guião contempla todos os parceiros e interessados no processo de educação dos jovens.

Porquê?

O que pode levar gestores e parceiros a interessar-se por este guião e a avaliar ou planear o seu percurso para uma abordagem mais democrática? Os dois capítulos seguintes fornecem elementos para a resposta a esta pergunta. Em síntese, poder-se-á dizer que o fazem no seu próprio interesse. Uma escola que esteja estruturada e funcione democraticamente não só promove ECD e prepara os seus alunos para desempenharem o seu papel na sociedade como cidadãos democráticos empenhados, como também se torna uma instituição mais feliz, mais criativa e mais eficaz. É enorme o seu valor acrescentado, como tem vindo a ser continuamente comprovado por uma investigação crescente. Este manual não é, pois, uma mera descrição de uma missão de correcção moral: começar um percurso democrático pelos primeiros passos é também uma forma pragmática de transformar a escolaridade num processo mais agradável e produtivo.

Como funciona?

Em muitos aspectos, esperamos que o manual assuma a forma de um diálogo profissional consigo, com o leitor. Será sistematicamente convidado a comparar a situação da sua escola com algumas das múltiplas medidas de prática democrática identificáveis no modo como

a escola funciona. Esta é a primeira fase do processo. Começa por avaliar onde se encontra e onde se encontra a sua escola e acaba a planear os passos de um avanço no sentido da democracia, espera-se que com algum aconselhamento e incentivo que o apoiem no percurso. Por isso, descreveremos situações ou indicadores que nos parecem comuns, convidando-o a comparar a nossa visão com a sua experiência. Esperamos que esta seja uma forma profíqua de trabalho conjunto entre colegas.

De acordo com este método, conduzi-lo-emos, pois, por dois breves capítulos que explicam o que significa para nós a expressão *governança escolar democrática* e o que pensamos serem os seus benefícios para as instituições.

Depois vamos directamente para o âmago do manual. O Capítulo 4 esboça o que consideramos serem as quatro Áreas-chave da Governança Escolar. Esperamos que depois queira fazer o mesmo tipo de análise a outras questões que considera importantes, aplicando a Grelha de Planificação do Apêndice I; pedimos-lhe, no entanto, que não faça antes de ler o resto do guião!

A avaliação do funcionamento de uma escola em relação a estas quatro Áreas-chave ilustra o modo como ela está a contribuir ou a prejudicar a ECD. Esta relação é medida segundo quatro estádios de desenvolvimento democrático observáveis numa escola: desde o Estádio 1, onde não há qualquer traço de actividade democrática (autoritarismo), até ao Estádio 4, que corresponde a uma forma bastante avançada de vida democrática.

O Capítulo 5 esclarece estas ideias, explorando os valores que estão na base dos modos de funcionamento e das atitudes que deles resultam.

O Capítulo 6 fornece o que esperamos ser um manancial de ideias e estratégias para percorrer as várias fases do progresso entre os estádios descritos nos capítulos anteriores.

O Capítulo 7 dedica-se às Perguntas Frequentes (FAQ) sobre o desenvolvimento de uma prática democrática nas escolas, que têm muitas vezes a ver com frequentes ansiedades naturais decorrentes da perda de poder, que esperamos se dissipem ou suavizem neste capítulo.

O capítulo seguinte apresenta mais exemplos de boas práticas na Europa, enquanto que o Capítulo 9 fornece uma alternativa positiva às ansiedades e receios, uma referência a padrões e peculiaridades próprias de uma escola que fez avanços significativos no percurso democrático: como exemplos de boas práticas, podem dar ideias de estratégias que poderá experimentar na sua escola.

O Apêndice I fornece a grelha concebida para o apoiar na sua própria análise, seguindo a abordagem expressa neste manual.

Finalmente, o Apêndice II, da autoria de Delphine Liégeois, consultora do Conselho da Europa, descreve genericamente os antecedentes da ECD nas políticas educativas da Europa e no trabalho do Conselho da Europa.

Esperamos que este guião seja interessante e agradável, mas, também e sobretudo, útil e utilizável.

Sobre os autores

Elisabeth Bäckman é Directora do Tullinge Gymnasium, uma escola secundária pública em regime de coeducação, com 660 alunos dos 16 aos 19 anos de idade e situada a sul de Estocolmo. Pode ser contactada através de elisabeth.backman@edu.botkyrka.se

Bernard Trafford é Director do Wolverhampton Grammar School, uma escola secundária privada em regime de coeducação, com 670 alunos dos 10 aos 18 anos de idade e situada nas English Midlands (a 220 km de Londres). Pode ser contactado através de info@bernardtrafford.com